

Linguagem Internacional

MINISTRO AUGUSTO ESTELLITA LINS

Do Ministério das Relações Exteriores

A língua se relaciona com os demais fatos e fenômenos sociais e possui estreitas conotações com as características da nacionalidade, no sentido político-realista e ideológico, entre outros. Do ponto de vista realista, a preservação da língua constitui um objetivo de todas as nacionalidades. Quanto ao enfoque ideológico, o fenômeno lingüístico se acha vinculado a posições filosóficas e emocionais peculiares à comunidade que nela se exprime. O Português falado no Brasil exemplifica alguns desses caracteres esboçados antes. Podemos observar, por exemplo, o aporte tecnológico e científico da língua tupi que forneceu aos colonizadores o instrumento verbal para conhecerem a ecologia, a fauna, a flora, as condições de sobrevivência biológica em nossa terra, ficando registrado na ciência como um dos idiomas que contribuíram notoriamente para a classificação das espécies botânicas e zoológicas. Admitir que o tupi é tronco de línguas mortas, quando o utilizamos diariamente numa série de situações e na toponímia, seria evidentemente uma arbitrariedade. — Ignoramos em que teor a qualidade humana do nordestino, do caipira ou do sertanejo ultrapassa o plano de longínquas origens étnicas e corresponde a uma filosofia lingüística atual. Uma tal possibilidade pode ser entrevista nas palavras de Rabindranath Tagore:

“language is not like an umbrella or overcoat, that can be borrowed by unconscious or deliberate mistake; it is like living skin itself”.

Conhecer um idioma estrangeiro, escrevê-lo e falá-lo induz necessariamente a compreender melhor a mentalidade e a cultura dos povos dos quais é língua materna. Para o estrangeiro, falar a língua de um povo é possuir um instrumento da aproximação emocional, como notou Priscus de Panium em 448, em missão diplomática do governo romano da Constantinopla junto ao quartel-general de Átila nas estepes húngaras, ao ver a excitação provocada por um nômade que saudou os visitantes com três ou quatro palavras em grego.

Quem não conhece suficientemente a história medieval se surpreenderá de saber que a diplomacia moderna tem raízes comuns com a cavalaria e a lingüística.

Exerceram a diplomacia na Idade Média cavaleiros, viajantes, comerciantes entre os quais se distinguiu Jean de Gorze. As duas figuras exponenciais foram, porém, o bispo cavaleiro Liudprand e o abade canonizado Bernard de Clairvaux, este último o mentor e motor político do maior movimento diplomático, a Cruzada motivada ideologicamente pela reconquista dos lugares santos e, realisticamente, pelos interesses mercantilistas da Sereníssima República de Veneza. Tendo sensibilizado e reunido um considerável contingente de cavaleiros das ordens e príncipes, Bernard de Clairvaux obteve financiamento dos banqueiros flamengos e venezianos para combater o domínio bizantino do Mediterrâneo e abrir as rotas do oriente aos mercadores ocidentais. A meta mítica, a reconquista dos lugares santos, não foi alcançada, porém se iniciou a era mercantilista. Outros diplomatas, alguns dos quais eram chamados no singular *orator*, tinham o dom das línguas. Entre esses políglotas e intérpretes se distinguiram árabes e judeus a serviço dos soberanos. Nessa mesma época, a diplomacia bizantina já se impunha, entre outros motivos, por empregar letrados que sabiam ler e escrever, enquanto a maioria dos diplomatas ocidentais eram analfabetos.

Em todas as épocas houve línguas mais utilizadas como instrumento de comunicação entre os povos. Diversas razões contribuíram em cada caso para que uma língua se impusesse às demais. Poderia ser a língua de um país mais poderoso, ou

de povos comerciantes, ou uma língua que não correspondesse a nenhuma nacionalidade determinada, mas surgisse da necessidade de comunicação de grupos itinerantes. A boa estrutura de uma língua ou seus aspectos práticos poderiam adicionar fatores de predominância sobre os demais.

Um dos fenômenos mais antigos na lingüística internacional foi o emprego das *línguas de mar*, provavelmente derivadas sempre das línguas nativas dos marinheiros e acrescidas de termos náuticos e tradições marítimas dos povos navegantes. Acha-se registrado na história o episódio ocorrido em plena luta comercial e militar entre Veneza e Bizâncio, quando marinheiros venezianos utilizaram uma *língua de mar* para esconder sua nacionalidade e penetrar nos estaleiros bizantinos, incendiando a esquadra que estava sendo construída para destruir Veneza. Ainda hoje, existem tripulações de navios de bandeira da conveniência que falam um linguajar desprovido de característica nacional e só inteligível entre os tripulantes. Em 1959, um agente consular brasileiro foi chamado a identificar marinheiros que se diziam brasileiros, ficando impossibilitado de fazê-lo porque falavam uma língua que não coincidia com nenhum idioma conhecido mas possuía raízes de diversos idiomas. No vocabulário de termos náuticos contemporâneos, grande parte dos quais de uso internacional, encontram-se palavras portuguesas, espanholas, italianas, inglesas e outras cuja origem etimológica se perdeu.

Outras línguas funcionaram como línguas marítimas sem se desestruturar, podendo-se citar, embora sem sólido apoio documental mas por meio de indícios verossímeis, o chinês, no oriente; e, no ocidente, as de povos navegadores, desde o fenício, cartaginês, egípcio, grego e latim, franco-normando, português, veneziano, genovês, árabe, e o italiano, que foi oficialmente a língua das marinhas do Império Otomano no século XVIII, até o inglês.

Pode-se distinguir do fenômeno anterior a existência de línguas comerciais como o babilônio ou acádio, o flamengo e o veneziano nas transações bancárias e financeiras e, atualmente, o inglês, o francês, o alemão, o japonês, e o chinês para

a grande comunidade de colônias de comerciantes e banqueiros chineses que dominam as finanças privadas de vários países do extremo oriente.

Para diversos desses fenômenos lingüísticos em que as línguas originais se deturpam ou internacionalizam, adota-se o designativo genérico de *língua franca*.

Algumas línguas cultas constituíram veículo de comunicação entre letrados, poetas, filósofos e membros de elite. Na idade média, embora fosse o latim a língua de comunicação, como idioma oficial de expressão eclesiástica, coube aos sábios árabes a parte mais gloriosa de preservar os textos de filosofia grega que, através de Averroes e Avicena, e traduções deles, contribuiriam para a renovação da filosofia ocidental e para o tomismo. Foi ainda o árabe, na civilização pernambucana do açúcar, a língua culta dos escravos escribas e contadores dos engenhos, que sabiam escrever e contar, enquanto os senhores eram muitas vezes analfabetos. O provençal é um exemplo de língua altamente poética que desapareceu. O sânscrito, o egípcio, o latim, o grego, o mandarim, o alemão, o francês e o inglês seriam talvez os exemplos mais conspícuos na categoria das línguas literárias, de elite e corte.

As técnicas políticas e econômicas da conquista, colonização e imperialismo são fatores determinantes da expansão da língua do povo dominante, sua imposição como língua internacional dos povos dominados, e de absorção das línguas locais ou anulação delas. Um complexo conjunto de relações de poder envolve tal fenômeno numa problemática em que interferem a violência, o nacionalismo, a alienação cultural, quando não o genocídio. Manifesta nesses casos, o fenômeno lingüístico, seus fundamentos culturais, míticos e filosóficos, tornando-se instrumento de domínio do mais forte ou afirmação do mais fraco. Nem sempre a língua dominante é mais culta nem mais sofisticada que a absorvida. São exemplos históricos a imposição do latim, pelos conquistadores romanos; do francês, pelos invasores normandos na Inglaterra, em 1066; do árabe, no Magreb e na Ásia; do grego, na época de Alexandre; do babilônio, na época de Hamurábi (séc. XVIII a.C.); do persa, nos séculos

VI e V a.C.: do português e do espanhol, na conquista, povoamento e evangelização mercantilistas; do francês e do inglês, no colonialismo e imperialismo.

No Brasil, até meados do século XVIII, o português era menos falado que o conjunto de línguas locais, onde predominava numericamente o tupi; entre cerca de trinta famílias lingüísticas identificáveis. A língua geral, o tupi-nhengatu e o tupi-guarani não incluíam as famílias mundurucu, juruna, arikem, tupari, ramarana, e mondê do mesmo tronco; os troncos macro-jê e Bororo, com seis famílias e cerca de vinte e cinco línguas; o tronco aruaque, com quase trinta línguas; e mais outras sessenta línguas de troncos diversos, indeterminados ou não classificados, algumas do mesmo filio quechumara como o tupi, o quêchua, o aimará, outras de estruturas diversas, como o caribe dos chibchas de civilização marajoara, transcendentais para nossa cultura.

Já se estabeleceu, em aproximadamente dois mil e quinhentos, o número de línguas existentes no mundo, das quais as doze mais importantes demograficamente são: chinês, inglês, espanhol, hindi, português, russo, árabe, indonésio, japonês, bengali, alemão e francês, não correspondendo, esta ordem, exatamente a critério decrescente de importância. Grande quantidade de línguas ainda existentes está em processo de extinção. Algumas línguas perduraram, na história da humanidade, por séculos ou milênios. O sumeriano, de família desconhecida e arcaica, foi meio de expressão na região babilônica dos séculos XIII a XVIII a.C., influenciando, mas sendo deslocado pelo acádio, de família camito-semítica, e continuando a influenciar civilizações posteriores através do babilônio, não só no sentido de vocabulário, como de estrutura de signos-símbolos, pois a ele devemos o sistema de base seis que ainda se usa para dividir e subdividir as horas e os ângulos, e o sistema decimal de pesos e medidas. O hebraico, documentado antes de 1000 a.C., é a língua oficial do Estado de Israel. O egípcio ainda é uma língua religiosa. O aramaico, utilizado por Jesus, ainda é uma língua de referência na interpretação bíblica. O sânscrito-védico, o prácrito, o dialeto pali são ante-

riores à era cristã. O romani dos ciganos representa um fenómeno raro de sobrevivência nômade ou sedentária dentro de culturas mais desenvolvidas.

Mesmo sem incursionar em hipóteses esotéricas, nem tirar conclusões arbitrárias, vê-se que a sobrevivência de uma língua não está diretamente relacionada com o poder político do Estado ou do povo, sua apetência bélica ou a grandiosidade de sua civilização. Ao contrário, talvez na afirmação nacionalista sustentada por uma contribuição transcendental, esteja a explicação. Como pode estar naquele aforismo de que é nas minorias que se encontra a essência das maiorias.

Todas as línguas são utilizadas por convenção entre as pessoas, sem o que não seriam nem inteligíveis, nem adequadas à comunicação racional. Empregam-se, contudo, inúmeras expressões, frases de situação, citações, referências em idiomas estrangeiros que se tornam compreensíveis pelo uso, mas não pelo entendimento popular do nexó etimológico racional, pois este só é acessível aos letrados e aos filólogos. Palavras como *salva*, *cião*, *eureka*, *maktub*, são inteligíveis para muitas pessoas em situações determinadas, principalmente se acompanhadas de entonação e gesto apropriados.

Um certo tipo de vocabulário ou uma estrutura lingüística podem assumir posição de língua convencional, em geral quando exprimem situações de poder, misticismo, sacralidade. Tornam-se uma espécie de linguagem-tabu exclusiva. A liturgia católica, até o Concílio Vaticano II, se exprimia, no rito romano, pelo latim. Durante séculos, a língua litúrgica, ou latim litúrgico, diferente do latim clássico, teve influência em todas as línguas européias ocidentais. Tive ocasião de ouvir de uma pessoa pouco culta que assistiu, naquela época, a um culto católico grego, o comentário de que a única palavra latina em toda a missa era o *Kyrie*. Esse fiel identificara a palavra e o sentido, mas não a etimologia nem a língua. Muitas pessoas que então recitavam toda a missa católica romana em latim, seriam incapazes de ler Cícero ou Vergílio no original. Em países objetos ou vítimas de colonização, segundo o caso, a língua dos colonizadores adquiriu valor residual e foi adotada como

língua convencional de referência, principalmente quando persistia uma grande multiplicidade de línguas locais.

Em lendas e mitos se percebe a invenção de línguas fantásticas que preenchem a necessidade de atribuir aos personagens fictícios uma linguagem para que não fiquem mudos. A categoria universal da linguagem precisa apoiar-se numa estrutura lingüística. As soluções mais interessantes para o problema da comunicação lingüística têm sido fornecidas, na literatura, pelos autores de *science-fiction* e de fantaciência, onde seres extraterrenos ou fantásticos se comunicam com os terráquios, ou entre si, com vocabulários e estruturas tecnológicos. Este seria um outro exemplo de linguagem e língua convencionais no plano suprarreal.

Existe, aliás, em algumas línguas, duplicidade de vocabulários de situação, convencionais, indicando planos de abstração ou planos sociais. No inglês, entre sinônimos, os de radical francês indicam a acepção mais abstrata, e os de etimologia saxã a acepção mais concreta. Paralelamente, as palavras de origem francesa formam um vocabulário em linhas gerais mais erudito, pois o francês era a língua da corte normanda após a invasão de Guilherme, enquanto o saxão era a língua do povo, mais áspera, menos burilada, e socialmente menos dignificante, porém mais identificada com as aspirações nacionais. No português, as acepções mais concretas e populares correspondem à evolução etimológica, enquanto as mais abstratas ou pretensiosas se exprimem por reconstruções latinizantes e algumas vezes artificiais. Basta lembrar que a palavra *mictório* foi criada artificialmente, por derivação direta do latim, de propósito para a inauguração das instalações sanitárias da Praça XV, no Rio de Janeiro, para que o Imperador não tivesse de inaugurar um mijadouro.

O problema da adoção convencional de uma língua comum de uso administrativo e político, na organização interna de um país, equaciona-se a partir de necessidades de comunicação, comércio, convivência, proteção de minorias étnicas, culturais e lingüísticas. Mas, na aplicação prática, estimula conflitos entre nacionalismo e alienação, enfatiza interesses ou estilos

oligárquicos, burgueses, plutocráticos e aristocráticos, cria critérios de *status* e pode interferir nos procedimentos burocráticos, acentuando castas ou despojando-as de privilégios de poder, de estrutura latifundiária ou religiosa, ou, ao introduzir uma exigência lingüística menos acessível às classes proletárias e médias, obstrui a mobilidade vertical em todos os setores porém, primordialmente, na composição dos quadros administrativos de serviço público.

O português percorreu no Brasil toda a escala evolutiva, passando de língua comum a língua nacional. A mesma assertiva seria já discutível em relação ao castelhano, na Espanha. As línguas faladas na Espanha têm caracteres nacionais, enquanto no Brasil não existe tal conotação para os idiomas ainda falados por tribos indígenas ou por grupos de colonização italiana, japonesa, polonesa, russa, tendo desaparecido totalmente a vigência idiomática dos povoamentos holandês e espanhol. Entre os países bilingues, se podem citar: Canadá, Bélgica, Paraguai, Equador, Bolívia, Peru, Grã-Bretanha. Entre os multilingues: Guiana, Índia, Filipinas, Espanha, União Soviética, Tchecoslováquia, China, Suíça, União Sul-Africana, Srilanka (Ceilão), Iugoslávia, Paquistão. Países de unidade lingüística têm pluralidade de dialetos, como a Alemanha e a Itália. Na Índia, falam-se cerca de 225 línguas locais, das quais 14 de importância oficial e regional.

Não é difícil imaginar os efeitos críticos, de ciclo ou climax, que tal problema pode suscitar. A eles se devem periódicas agitações de opinião na Bélgica; o assassinato do *premier* Solomon Bandaranaike, no Ceilão, em 1959; e, em grande parte, a campanha dos Guardas Vermelhos, na China, que brandiam o livrinho vermelho de Mao, nada mais que a cartilha do texto oficial e sintético pelo qual se implantou, no país, o mandarim, como língua oficial.

A problemática da adoção de uma língua diplomática conserva muitos aspectos de paralelismo com o que acontece no plano interno. O caráter convencional da língua se acentua, distinguindo-a da estrutura que possui como língua nacional. Seu emprego depende, entretanto, de temores e precauções que

inspiram suas conotações nacionais, históricas, hegemônicas ou concorrentes. Dá margem a manifestações que refletem solidariedades ou conflitos, desconfianças ou alianças. Conotações político-ideológicas agem a favor ou contra determinadas línguas para que sejam ou não aceitas ou deixem de sê-lo. Provavelmente, a Reforma contribuiu para que o latim decaísse no uso internacional; o inglês foi favorecido pelo protestantismo, pelo liberalismo e pelo capitalismo; o francês, beneficiado pelo enciclopedismo e prejudicado, a longo prazo, pelo estigma-ídolo napoleônico, que se identificou com os ideais da burguesia, enquanto outras línguas se tornam polêmicas, como reflexo das posições radicais ou antagônicas assumidas, na política e na religião, pelas nações em que são faladas e das quais são símbolos.

O racionalismo e o liberalismo incitaram, do século XVII ao século XX, as tentativas de criação de línguas artificiais ou construídas, que facilitassem não só a comunicação, como o entendimento pacífico entre os povos.

Em 1629, Descartes, em carta ao padre Mersenne, lançou a idéia de uma língua universal com vocabulário lógico e gramática sem exceções. Em 1653, Thomas Urquhart de Cromarty elaborou o *Logopandectesion*, uma proposta de língua universal. Em 1661, coube a George Dalgarno, na *Ars Signorum*, expor um vocabulário simplificado. O *Didascalocophus* tinha por meta eliminar as irracionalidades e irregularidades em que incorrem as línguas. Seguiram-se numerosas tentativas de racionalizar a língua, entre as quais se citam como as mais importantes a do bispo Wilkins em "*An Essay towards a real character and a Philosophical Language*"; a de Jean François Sudré, em 1817, que versou sobre uma língua musical internacional com combinação de notas; a de monsenhar Johann Martin Schleyer, que criou a língua Volapük, com a *Grammatik der Universalssprache für alle Erdbewohner*. Esta última língua gozou de enorme popularidade até 1911, quando morreu monsenhor Schleyer. Em 1887, Ludwik (ou Lazarus) Zamenhof, também chamado Doktoro Esperanto (Doutor Esperançoso) organizou a língua Esperanto, que alcançou sucesso desde 1896.

Entre as muitas adesões que recebeu, o Esperanto foi apoiado por vários países soviéticos, pela Cruz Vermelha e pela Sociedade das Nações.

Em 1957, em folheto onde foram analisadas, sob os auspícios da UNESCO, regras e métodos tendentes a julgar a conveniência do uso de línguas artificiais, sob o título *The Possible Use of Languages Internationally Understood*, aquele organismo internacional registra as preferências de opiniões emitidas por vinte e uma pessoas, assim distribuídas:

Basic English — 2; *Esperanto* — 6; *Interlíngua* — 7; outras — 6. A amostra colhida pela UNESCO com base no encontro realizado em 1955, em Montevideu, sobre o assunto, demonstrava, já então, um alto grau de seletividade de escolha entre as seiscentas línguas internacionais artificiais já inventadas.

Desse número impressionante haviam alcançado receptividade: o Esperanto; o *Basic English*, lançado ou compilado em 1936 por Charles Ogden em *The ABC of Basic English*, com 850 palavras e formas verbais restritas; a *Interlíngua* ou *Cosmoglotta* e a variante americana IDO, outra língua com grande número de raízes latinas, gregas e romanches.

Ora, sem que se tivesse exatamente previsto, introduziu-se na problemática da lingüística artificial um fator de natureza tecnológica e operacional. No período em que essas línguas foram inventadas ou compiladas, as comunicações se faziam com menos facilidades e instalações menos sofisticadas que hoje; as conversações internacionais exigiam intérpretes e se tornavam lentas; os meios de informação e comunicação de massa tinham óbvias dificuldades de traduzir e copidescar informações em línguas exóticas; nas reuniões internacionais, enfim, a necessidade de uma língua comum se tornava imperativa.

No entanto, no espaço dos últimos vinte anos, desenvolveu-se a técnica de secretariado de organizações de reuniões internacionais com recursos de tradução simultânea, que tornaram desnecessária e obsoleta a idéia de uma língua artificial para uso diplomático.

Paralelamente, cresceu o interesse pelas línguas oficiais de reunião diplomática, enquanto o inglês, particularmente, assumiu posições de língua universal em todos os campos e setores da comunicação internacional. A menos que outros fatores igualmente imprevisíveis venham a afetar novamente o problema, as línguas artificiais poderão continuar a atrair interesse do ponto de vista de pesquisa e experimentação, mas se acham ultrapassadas em termos de rendimento prático.

Três enfoques distintos determinam o emprego de língua e linguagem diplomáticas nas negociações e nos atos internacionais.

Em princípio, quando os Estados negociam em igualdade de condições, o que é uma situação decorrente do princípio da soberania, não existe nenhuma regra de redação nem de eleição de idiomas, pois os Estados podem negociar os assuntos que desejarem e, de comum acordo, elegerem os termos e as línguas que preferirem. Este primeiro enfoque vale para as negociações bilaterais e para as multilaterais, em que as decisões devem ser unânimes. Não exclui, porém, a prática diplomática e o apoio nas fórmulas de uso, costume, tradição que tampouco são rígidas, oferecendo diversas opções a escolher, mas impondo a observância da conceituação dos institutos de direito internacional público para que as decisões adotadas tenham inteligibilidade universal.

Uma segunda abordagem da questão levaria em conta a posição de Estados sem cujo acordo as decisões não são aprovadas. Esta situação típica das cinco grandes potências no Conselho de Segurança das Nações Unidas equivale, como se sabe, ao direito de veto.

No terceiro caso, enfocam-se as relações multilaterais da diplomacia parlamentar, onde as decisões são tomadas por maioria de votos. No caso da redação e das línguas, podem ocorrer várias situações. A questão pode ser definida em órgãos diferentes como o secretariado, a comissão preparatória, a comissão geral, um dos conselhos ou o plenário de uma reunião, conferência ou organismo internacional. Os critérios de escolha serão peculiares à técnica específica de deliberação parlamentar.

Nas negociações e reuniões e na redação dos documentos respectivos e dos atos bilaterais e multilaterais delas resultantes, distinguem-se as seguintes categorias de línguas:

— línguas oficiais, em que se expressam os delegados e representantes.

— língua de trabalho ou cooperativas, em que se redigem os documentos ou para as quais se traduzem todas as declarações ou documentos expressos nas demais línguas oficiais que não são consideradas *working languages*.

— língua de fé, isto é, aquelas nas quais os textos dos documentos e atos fazem fé.

— línguas alternativas, que se admite serem usadas em declarações ou discursos, ou em ocasiões excepcionais, incluindo-se, neste caso, a de visitantes ilustres ou chefes de estado.

— línguas diplomáticas de referência, oficiais e operativas, que não são de nenhum dos países participantes e que podem fazer fé nos documentos e atos.

— línguas em que os documentos são traduzidos pelas delegações dos respectivos países, para efeito da processualística interna dos atos internacionais.

Nas negociações bilaterais entre países de línguas diversas, o costume indica várias opções, sendo a mais comum que as línguas dos dois países sejam oficiais e traduzidas reciprocamente; que, sendo uma delas língua diplomática, seja considerada língua de trabalho e de fé, podendo a outra ser ou não adotada em situação equivalente; que, não sendo nenhuma delas língua diplomática, adote-se uma língua de referência entre as línguas diplomáticas.

Após a segunda guerra mundial, algumas línguas já vinham sendo usadas como meio de expressão diplomática, sendo as principais as das grandes potências e as que eram faladas em diversos países ou já usadas como meio de comunicação de uma comunidade de países originada do sistema colonial. Para as superpotências emergentes do conflito, a União Soviética e os Estados Unidos da América, a adoção dos respectivos idiomas, o russo e o inglês, seria um fato representativo do reconheci-

mento do *status* de máximo destaque entre os grandes do mundo.

A análise objetiva dos motivos que conduziram à adoção do russo como idioma diplomático indica predominância de várias ordens de fatores, tais como a influência interna que teria na consolidação do russo como língua nacional da nação-modelo dentro da União Soviética, face a todas as nacionalidades e línguas das demais repúblicas socialistas da União; a supremacia oficialmente reconhecida do idioma russo sobre os demais idiomas do bloco ou comunidade dos países socialistas da Europa oriental, fato importante no contexto da liderança regional da União Soviética, cujo *status* de superpotência ainda parecia depender, na época da proteção e defesa do centro geopolítico da *core area* eurasiática, e da teoria de grande potência liderante de um grupo regional satelitizado numa projeção ideológica dos sistemas coloniais imperialistas. Neste último aspecto, ainda é discutível se a teoria da satelitização, não terá sido muito mais uma construção verbal e retórica, inspirada na fotografia geográfica de sistemas planetários de menores países dispostos em arco às margens das superpotências, do que um fenômeno genuíno e característico de neo-imperialismo. Pelo menos do ponto de vista lingüístico, não se configurou a exclusão de afirmações sub-regionais e mesmo de sub-lideranças.

No plano regional são línguas vigentes o português, alemão, italiano e japonês. O espanhol acedeu ao plano de língua oficial internacional como língua de expressão de grande número de países.

O fator determinante na promoção do espanhol coube à adoção das técnicas de diplomacia parlamentar, onde cada país tem um voto. Outras línguas tão expressivas como o espanhol em termos demográficos, não são numericamente tão representativas nas votações.

A seleção de línguas diplomáticas obedece a critérios de operacionalidade, pragmatismo, funcionalidade, rendimento máximo e economia de recursos. A quantidade de línguas deve ser limitada, o que impede que em termos universais estejam

nelas representados todos os grandes troncos lingüísticos. Na Conferência de São Francisco, em 1945, o chefe da delegação norte-americana comentou em forma de declaração que as discussões deveriam ser feitas em inglês. Imediatamente o delegado francês reivindicou para a língua francesa a mesma categoria de língua oficial de debates. Os delegados chinês e russo prosseguiram na exploração do tema, surgindo desta troca de informações entre Edward R. Stettinius, Georges Bidault, Soong e Viacheslav Molotov uma distinção básica entre língua de trabalho (*working language*) e língua oficial. Na referida conferência cinco idiomas foram considerados oficiais: chinês, russo, espanhol, francês e inglês. Apenas dois foram considerados línguas de trabalho: francês e inglês. Decidiu-se que as intervenções feitas nas línguas de trabalho não seriam traduzidas para as demais línguas oficiais a menos que os oradores assim o solicitassem, mas uma tradução *verbatim* circularia posteriormente nos sumários. Os delegados que usassem as outras três línguas oficiais forneceria tradução numa das duas línguas de trabalho. Nestas duas línguas seriam publicados todos os documentos da conferência, porém documentos específicos seriam publicados também nas outras três línguas a pedido.

A Comissão Preparatória da I Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1946, recomendou que as regras referentes a línguas, adotadas na Conferência de São Francisco, fossem mantidas até nova decisão.

A Primeira Comissão da Assembléia Geral adotou um projeto de resolução que depois se transformou nas normas de línguas 52-60 das normas de procedimento da Assembléia Geral, pela qual se mantinha o critério de cinco línguas oficiais e duas línguas de trabalho, determinando-se que sempre seriam feitas traduções para as línguas de trabalho e de uma para outra; a primeira interpretação dos discursos para uma das línguas de trabalho seria fornecida pelo orador e a segunda, baseada naquela, pelos intérpretes do secretariado; atas *verbatim*, os *journals* dos órgãos da ONU seriam feitos nas línguas de trabalho; os sumários das atas e todas as resoluções e documentos

importantes, nas línguas oficiais; outros documentos originados em órgãos da ONU que o decidissem, poderiam ser editados em outras línguas além das oficiais.

Em 1947, a delegação das Filipinas apresentou um projeto de resolução no sentido de que também o espanhol fosse erigido a língua de trabalho da Assembléia Geral. Essa iniciativa teve apoio dos países hispanófonos e dos árabes. Entre os argumentos levantados contra a proposta filipina, objetou-se não ser o espanhol uma língua diplomática e se achar em similar categoria com o russo e o chinês, porém em desvantagem quanto ao critério de população falante. Lembrou-se ainda que o aumento do número de línguas de trabalho ergueria barreiras lingüísticas a separar os países membros da organização, sofisma que pode ser tão verdadeiro ou falso como sua própria recíproca. Nos debates, não foi negligenciado o aspecto financeiro da contratação de intérpretes e tradutores simultâneos em espanhol. A atitude geral foi, porém, compreensiva.

Foi finalmente adotada, em 1948, pela Assembléia Geral, a resolução 262/III que introduziu emendas às regras de procedimento, passando o espanhol a figurar como terceira língua de trabalho. Ainda em 1948, na segunda parte da terceira sessão ordinária da Assembléia, foram formalmente incluídas na agenda duas propostas para inclusão do chinês e do russo entre as línguas de trabalho. O comitê consultivo para questões administrativas e orçamentárias se opôs à iniciativa. Entre os argumentos contrários, levantou-se o de que o critério demográfico não é válido para que um idioma seja considerado língua diplomática internacional. O assunto foi posteriormente adiado.

Como a questão lingüística é referida operacionalmente às regras de processo, procedimento ou regulamento, os órgãos das Nações Unidas gozam de autonomia no assunto. O Artigo 21 da Carta estabelece que a Assembléia Geral adotará suas regras de processo. Pelo Artigo 30, o Conselho de Segurança adotará seu próprio regulamento. Disposição semelhante existe no Artigo 72, quanto ao Conselho Econômico e Social, e no Artigo 90, quanto ao Conselho de Tutela.

A Carta estabelece, ainda, que os textos, nas cinco línguas oficiais, são igualmente autênticos.

Na Convenção de Viena sobre relações diplomáticas, o Artigo 53 determina que fazem fé os textos em chinês, espanhol, francês, inglês e russo. O texto em português, publicado na Coleção de Atos Internacionais, foi elaborado pela delegação brasileira em coordenação com a delegação portuguesa à Conferência das Nações Unidas sobre Relações e Imunidades Diplomáticas, reunida de 2 de março a 14 de abril de 1961, em Viena, que elaborou a referida convenção.

Um problema interessante de lingüística aplicada à conceituação de direito internacional é encontrado no estudo comparativo da Convenção de Viena sob relações consulares, de 1963. Na primeira, os delegados brasileiros tiveram de resolver como traduzir as inovações de terminologia introduzidas para designar o Estado que acredita um diplomata e o Estado em que o diplomata está acreditado, optando pelas expressões Estado acreditante e Estado acreditado. Já o texto em português da Convenção de Viena sobre relações consulares voltou a utilizar as expressões menos inovadoras designando as duas categorias como Estado de envio e Estado receptor. Nessa matéria, a Convenção de Havana sobre Funcionários Diplomáticos havia preferido formas analíticas tais como o "Estado ante o qual se acham acreditados" ou "Estado por ele representado". Esta convenção, celebrada em 1928 pelos governos das Repúblicas representadas na Sexta Conferência Internacional Americana, foi assinada em espanhol, francês, inglês e português, em fé do que havia sido decidido, porém sem menção a que os quatro textos são autênticos ou fazem igualmente fé. As línguas diplomáticas oficiais na OEA são as quatro faladas predominantemente nos países membros: inglês, espanhol, português, francês. Ainda que não haja disposições permanentes, o secretariado, organizado em 1910 como secretariado permanente com o nome de União Pan-Americana considera o inglês e o espanhol como línguas de trabalho ou *working languages*, em sentido que pode ser interpretado como uma simples técnica operacional de caráter implícito.

As quatro línguas fazem fé, o que está consagrado no Artigo 108 da Carta da OEA ao afirmar que os textos nas quatro línguas são autênticos. O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, assinado no Rio de Janeiro em 1947, também tem textos autênticos nas quatro línguas oficiais, sendo esta a norma para todos os demais acordos e documentos multilaterais da organização.

O princípio das línguas de trabalho ou operativas figura no Artigo 36 do Regulamento para a Conferência de Bogotá de 1948 e no Capítulo X do Acordo Econômico assinado em Bogotá em 1948.

A ata final de cada conferência é redigida na língua do país-sede e traduzida para os outros idiomas oficiais, por um comitê onde estão representados membros de expressão nos quatro idiomas, assessorados pelo pessoal do secretariado, ou segundo outra forma similar que seja adotada pela conferência. A série de conferências se iniciou em 1889. Como a XI Conferência que fora convocada para Quito, em 1961, foi adiada *sine die*, as reuniões interamericanas prosseguem a nível de reuniões de consulta dos chanceleres que se realizam, no entanto, desde 1939. Nessas reuniões, as quatro línguas oficiais são as mesmas das conferências.

Em outras reuniões oficiais em que participam o Brasil e países hispano-americanos, vigora o princípio de que o português e o espanhol são idiomas oficiais em igualdade de condições. Esta é a regra observada na ALALC, nas reuniões de chanceleres dos países da Bacia do Prata e da Amazônia.

Na OTAN as línguas oficiais são o inglês e o francês, em ambas fazendo fé os textos de documentos.

No Conselho da Europa também o inglês e o francês eram as línguas oficiais e operativas, podendo, entretanto, ser usados em discursos na assembléia, pelos representantes, o alemão e o italiano.

No Tratado da União Européia Ocidental para a defesa mútua, as línguas oficiais previstas foram o inglês, francês, alemão, holandês e italiano, porém só às duas primeiras se

atribuiu categoria de línguas operativas para efeito de publicação de documentos.

Nas reuniões do Benelux as línguas oficiais são o francês e o holandês.

Na SEATO o texto inglês faz fé em primeiro lugar, porém, para as partes que concordarem com o texto francês e notificarem devidamente o fato, o texto francês será igualmente autêntico e obrigatório.

No Tratado da EURATOM, 1957, fazem fé os originais em italiano, francês, alemão e holandês.

A Convenção para a Proteção (Salvaguarda) dos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais foi assinada pelos membros do Conselho da Europa em inglês e francês, ambos fazendo fé.

O Pacto da Liga dos Estados Árabes foi assinado no ano de 1364 (1945 da era cristã) apenas em língua árabe.

A Carta da Organização da Unidade Africana, no Artigo XXIV, prevê que o instrumento original seja redigido em línguas africanas, se possível, e em inglês e francês, cada texto dos quais fazendo igualmente fé. Este é um caso excepcional de multiplicidade de línguas que atende a objetivos nacionalistas de uma numerosa comunidade regional que supera quarenta adesões, ao mesmo tempo que reflete as influências históricas ao estabelecer duas línguas diplomáticas de referência que também vigoram como línguas administrativas de alguns dos membros da organização.

A experiência recente da diplomacia parlamentar que introduziu sensíveis modificações nos métodos diplomáticos, influenciou portanto, igualmente, o relacionamento lingüístico no plano internacional. Na medida em que foi pelo menos concomitante, senão condicionante, ou estimulante do diálogo entre as nações, rompeu barreiras idiomáticas. Se persistem ainda fatores que podem dar a impressão de que ainda vigoram certos privilégios que conferem a algumas línguas — o inglês e o francês — o caráter de línguas diplomáticas, isto corre em termos pragmáticos que excluem possíveis reações emocionais. As afirmações nacionalistas, como se infere dos exemplos antes enumerados,

se manifestam muito mais na área regional onde as disputas de liderança ou o receio de que elas se manifestem se fundamenta em uma balança de poderes mais equilibrados.

Em termos de linguagem e já não de língua, a impressão mais recente seria a de que há convergências notórias para a adoção de terminologias comuns que contribuem para a facilidade de expressão e comunicação. O novo estilo diplomático, mais objetivo e prático, sem dúvida nenhuma, que as figuras de estilo características da diplomacia renascentista é, também, responsável por simplificações que toda língua sofre ao se internacionalizar.